



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, I – Lei Federal nº 14.133/21).

1.1. A contratação de empresa especializada para realização de contagens volumétricas e classificatórias de tráfego em pontos estratégicos ao longo de um trecho de 5,5 km definido para a futura implantação do anel viário do município de Cândido Rodrigues.

1.2. A implantação de um anel viário é uma obra de infraestrutura de grande impacto urbanístico, ambiental e econômico. Para seu dimensionamento adequado, é imprescindível o conhecimento preciso do volume, composição e comportamento do tráfego na região afetada.

1.3. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Administração Municipal em obter dados técnicos detalhados sobre o volume e a composição do tráfego veicular que circula em vias estratégicas do perímetro urbano e rural de Cândido Rodrigues/SP, abrangendo um trecho de aproximadamente 5,5 km correspondente ao traçado previsto para a implantação do futuro Anel Viário Municipal.

1.4. Essas informações são essenciais para embasar estudos de viabilidade técnica e econômica, auxiliar na definição de parâmetros de projeto geométrico e contribuir para o planejamento do sistema viário local, visando a melhoria da mobilidade urbana, segurança no trânsito e fluidez no deslocamento de veículos pesados e de passeio.

1.5. A execução das contagens volumétricas e classificatórias permitirá identificar os principais fluxos de tráfego, horários de pico, tipos de veículos predominantes e padrões de deslocamento, dados imprescindíveis para o correto dimensionamento das obras e intervenções projetadas.

1.6. Portanto, a necessidade da contratação decorre da demanda por informações técnicas confiáveis que subsidiem o desenvolvimento dos estudos e projetos relativos ao Anel Viário, garantindo planejamento eficiente, segurança e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

02. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, II – Lei Federal nº 14.133/21).

2.1. Considerando que, para o exercício de 2025, o Município de Cândido Rodrigues/SP não possui Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente elaborado e publicado, a presente contratação é justificada pela necessidade da implantação do anel viário, além de estar em consonância com as diretrizes da Administração Municipal e com a dotação orçamentária prevista para a finalidade.

2.2. Assim, embora não contemplada em PCA, o objeto pretendido observa o interesse público, a compatibilidade orçamentária e os princípios da eficiência e economicidade.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III – Lei Federal nº 14.133/21).

3.1. A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, na sua forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

3.2. A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em serviços comuns de engenharia nos termos do art. 6º, XXI, “a” da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio de dispensa, preferencialmente na sua forma Eletrônica, enquadrando-se na modalidade definida no art. 6º, XVII da Lei de Licitações (serviços não contínuos ou contratado por escopo)

3.3. O prazo de vigência da contratação terá seu início da assinatura do contrato, com término no prazo estipulado de acordo com o CRONOGRAMA no ANEXO I - Termo de Referência;

3.4. Para a execução dos serviços, objeto deste Termo, a CONTRATADA deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental, que determina a minimização da geração de resíduos e



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados e a Lei nº 12.305, de 2 De agosto de 2010;

3.5. Cumprir todas as obrigações estabelecidas pela legislação ambiental e social vigente, para a gestão racional, eficiente e sustentável dos recursos naturais, inclusive, mediante a utilização da adequada logística reversa dos insumos e recursos, se for o caso, recolhendo-os após o uso ou utilização para destinação socioambiental adequada à redução do nível de risco potencial ou à sua efetiva recomposição e/ou reutilização;

3.6. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes, substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia e água;

3.7. A CONTRATADA deverá implementar ações de conscientização e sensibilização de seus funcionários para a utilização adequada dos recursos, com vistas a reduzir a geração de resíduos que impactam o meio ambiente.

3.8. A CONTRATADA deverá apresentar, como entrega final dos estudos, em formato digital adotar, necessariamente, no desenvolvimento do processo de estudo, juntamente com o relatório final, procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores aos estabelecimentos que as comercializem ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

3.9. A empresa contratada deverá comprovar possuir registro ativo e regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, IV – Lei Federal nº 14.133/21).

4.1. Para a execução dos serviços de contagens volumétricas e classificatórias de tráfego, estima-se a necessidade de implantação de postos de contagem em pontos estratégicos ao longo do trecho de aproximadamente 5,5 km definido para o futuro Anel Viário do Município de Cândido Rodrigues/SP.

4.2. Com base em critérios técnicos de amostragem e representatividade do fluxo viário, prevê-se a instalação de até 6 (seis) pontos de contagem, distribuídos de modo a abranger os principais acessos, interseções e segmentos com diferentes características de tráfego.

4.3. Em cada ponto, deverão ser realizadas contagens volumétricas e classificatórias contínuas, com duração mínima de 72 (setenta e duas) horas, contemplando os sete dias da semana e diferentes faixas horárias, a fim de garantir a confiabilidade estatística dos dados.

4.4. Os levantamentos deverão abranger a quantificação total de veículos, segmentados por categoria (automóveis, motocicletas, caminhões leves, caminhões pesados, ônibus e outros), além da determinação de horários de pico e variações de fluxo diário.

4.5. Os pontos estratégicos e demais detalhamentos da contratação constam do projeto técnico que faz parte integrante deste ETP.

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, V – Lei Federal nº 14.133/21).

5.1. O levantamento do preço de mercado foi feito em conjunto com o departamento de cotação da Prefeitura Municipal, com vistas a obter preço mais dentro dos parâmetros reais do mercado e, ainda, como providencia a evitar trabalhos em duplicidade, uma vez que se assim não tivéssemos procedido, empreenderíamos levantamento que depois seria descartado pelo departamento de cotações.

5.2. Assim, temos que os valores ora apresentados decorreram de preços encontrados diretamente com fornecedores do ramo, e ainda se obteve pesquisa de mercado junto ao sistema de banco de preços da prefeitura municipal.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI – Lei Federal nº 14.133/21).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.1. A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 39.790,00 (trinta e nove mil, setecentos e noventa reais).

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII – Lei Federal nº 14.133/21).

7.1. A contratação refere-se à seleção proposta mais vantajosa visando à Contratação de empresa especializada e devidamente cadastrada no CREA para a “Estudo de Tráfego” em trecho de anel viário pretendido, na qual, após implementação, contribuirá na fluidez nas vias de acesso ao município, com a diminuição do tráfego pesado, que, atualmente se utiliza de vias locais na área central da cidade, ocasionando a deterioração acelerada dos pavimentos e consequentemente, a oneração dos serviços de manutenção das mesmas, garantindo maior segurança à população que as utilizam.

7.2. A execução dos serviços permitirá obter dados técnicos confiáveis e atualizados sobre o comportamento do tráfego local, incluindo volume médio diário, composição veicular, horários de pico e intensidade de circulação, subsidiando assim as etapas subsequentes de planejamento e projeto de engenharia viária.

7.3. A empresa contratada deverá utilizar equipamentos e metodologias reconhecidas, com aplicação de técnicas automatizadas ou manuais de contagem, conforme as normas e orientações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), bem como do Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

7.4. O resultado final esperado é a disponibilização de um relatório técnico consolidado, contendo todas as informações coletadas, devidamente tratadas e analisadas, acompanhado de tabelas, gráficos e interpretações que permitam a compreensão dos padrões de tráfego e a avaliação da demanda de circulação no trecho em estudo.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, VIII – Lei Federal nº 14.133/21).

8.1. Considerando a natureza dos serviços a serem executados, não se recomenda o parcelamento da contratação, uma vez que as atividades de contagem volumétrica e classificatória de tráfego são interdependentes, complementares e devem ser realizadas de forma integrada, garantindo a uniformidade metodológica e a consistência dos resultados obtidos.

8.2. O parcelamento poderia ocasionar divergências técnicas, incompatibilidade de metodologias, duplicidade de esforços e, consequentemente, prejuízo à confiabilidade dos dados que servirão de base para o planejamento e dimensionamento do futuro Anel Viário.

8.3. Dessa forma, a contratação deverá ocorrer de forma integral, abrangendo todos os pontos de contagem e etapas do levantamento, não sendo tecnicamente recomendável o fracionamento da solução.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX – Lei Federal nº 14.133/21).

9.1. Com a execução dos serviços contratados, pretende-se obter informações técnicas precisas e consolidadas sobre o comportamento do tráfego veicular ao longo do trecho de aproximadamente 5,5 km destinado à futura implantação do Anel Viário do Município de Cândido Rodrigues/SP.

9.2. Os principais resultados esperados incluem:

9.2.1 Levantamento completo dos volumes de tráfego registrados nos pontos definidos, contemplando contagens volumétricas e classificatórias com base em períodos representativos da semana e do dia;

9.2.2. Identificação dos horários de pico e das principais direções de fluxo de veículos;



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

9.2.3. Classificação dos veículos por tipo, incluindo automóveis, motocicletas, caminhões leves, caminhões pesados, ônibus e outros;

9.2.4. Cálculo de indicadores técnicos como volume médio diário (VMD), percentual de veículos pesados, taxas de variação horária e distribuição temporal do tráfego;

9.2.5. Elaboração de relatório técnico conclusivo, contendo tabelas, gráficos e análises interpretativas que permitam visualizar e compreender o padrão de circulação na área estudada;

9.2.6. Geração de base de dados digital que possa ser utilizada em softwares de planejamento e modelagem de tráfego, bem como para subsidiar projetos futuros de engenharia viária.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X – Lei Federal nº 14.133/21).

10.1. Para a adequada instrução, formalização e execução da presente contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021 e os regulamentos aplicáveis:

10.1.1. **Elaboração e aprovação do Termo de Referência:** A área técnica responsável deverá concluir o Termo de Referência contendo as especificações detalhadas dos uniformes escolares, incluindo modelos, tamanhos, quantidades, materiais, cores e cronograma de entrega, além dos critérios de recebimento e fiscalização.

10.1.2. **Reserva de dotação orçamentária:** A unidade orçamentária competente deverá emitir a reserva de dotação específica para garantir a cobertura financeira da contratação, conforme determina o art. 7º, §2º, da Lei nº 4.320/64 e art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.3. **Publicidade em meio oficial do Município:** Considerando que o Município de Cândido Rodrigues/SP possui população inferior a 20.000 habitantes, nos termos do art. 176, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não se exige a publicação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mas deverá ser publicado o aviso no site oficial do município para permitir uma maior participação e obter valores mais vantajosos, nos termos do art. 75, §3º, da Lei 14.133/21.

10.1.4. **Elaboração do parecer jurídico prévio:** A Procuradoria Jurídica do Município deverá emitir parecer quanto à legalidade da contratação direta à luz do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com análise dos documentos apresentados e da compatibilidade da proposta com o interesse público.

10.1.5. **Verificação da regularidade da entidade contratada:** Deverá ser verificado o atendimento dos requisitos de contratação, em especial a regularidade fiscal, trabalhista e cadastral, observando os requisitos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.6. **Celebração do contrato administrativo:** Após a aprovação jurídica e orçamentária, deverá ser formalizado contrato administrativo contendo cláusulas essenciais previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, inclusive as que tratam de fiscalização, prazos, forma de pagamento, penalidades e rescisão.

10.1.7. **Designação formal do fiscal do contrato:** A autoridade competente deverá nomear formalmente o servidor responsável pela fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.8. **Acompanhamento da execução e liquidação da despesa:** A entrega dos itens deverá ser acompanhada e atestada pelo fiscal designado, sendo condição para o pagamento a verificação da conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

10.1.9. **Arquivamento e controle do processo:** Encerrada a contratação, o processo deverá ser devidamente arquivado com todos os documentos obrigatórios em ordem cronológica, para fins de controle interno, externo e prestação de contas.

11. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI – Lei Federal nº 14.133/21).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

11.1. Não se verifica, nesta unidade, contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação da demanda descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII – Lei Federal nº 14.133/21).

12.1. A execução dos serviços de contagens volumétricas e classificatórias de tráfego possui baixo potencial de impacto ambiental, uma vez que as atividades se limitam à instalação temporária de equipamentos de monitoramento ou à observação manual de fluxo de veículos em pontos determinados ao longo do trecho de estudo, sem a realização de obras, escavações ou intervenções físicas no meio ambiente.

12.2. Portanto, conclui-se que os serviços a serem contratados não geram impactos ambientais relevantes ou permanentes, enquadrando-se como atividade de natureza não potencialmente poluidora, sem necessidade de licenciamento ambiental específico.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 18, §1º, XIII – Lei Federal nº 14.133/21).

13.1 Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a realização de contagens volumétricas e classificatórias de tráfego em pontos estratégicos ao longo do trecho de aproximadamente 5,5 km, definido para a futura implantação do Anel Viário do Município de Cândido Rodrigues/SP, mostra-se plenamente justificada e necessária para o atendimento do interesse público.

13.2. A execução dos serviços propostos permitirá à Administração Municipal dispor de dados técnicos precisos, atualizados e confiáveis sobre o comportamento do tráfego na área em estudo, fornecendo subsídios essenciais para o planejamento, dimensionamento e elaboração dos projetos de engenharia viária relacionados ao empreendimento.

13.3. A ausência desses levantamentos inviabilizaria a avaliação adequada da demanda de circulação, podendo comprometer a eficiência, a segurança e a durabilidade das futuras intervenções. Assim, a contratação representa uma etapa indispensável no processo de planejamento do sistema viário municipal, assegurando a tomada de decisões embasadas em critérios técnicos e econômicos.

13.4. Portanto, a presente contratação é tecnicamente recomendada e de interesse público, devendo ser conduzida conforme as normas legais aplicáveis e os princípios da economicidade, eficiência e transparência administrativa.

14. RESPONSÁVEIS.

14.1. Declaro que participei ativamente de todas as deliberações acontecidas neste estudo técnico preliminar.

Candido Rodrigues, 24 de outubro de 2025.

César Henrique Pagliuso
Engenheiro Civil